

***Pesquisa realizada pelo terceiro ano consecutivo revela que problemas apontados são crônicos com aumento de inadimplência. As distorções (retenção de faturamento, glosas e inadimplência) representam metade do custo de operação das empresas***

A ABRAIDI acaba de concluir um estudo setorial mensurando três importantes distorções que comprometem o fluxo de caixa e a saúde financeira das empresas fornecedoras de equipamentos e material para a saúde. Os problemas somados representam 50% do custo de operação das companhias, sendo que R\$ 484,1 milhões são faturamentos postergados por hospitais e operadoras que, em média, ultrapassam 120 dias para quitar débitos; outros R\$ 160,6 milhões são glosas praticadas de forma injustificada para procedimentos previamente autorizados; e, por fim, R\$ 789 milhões são os valores de inadimplência, ou seja, valores não recebidos há mais de 180 dias após o faturamento. As perdas financeiras totalizam R\$ 1,379 bilhão. Os números da 3ª edição do estudo “O Ciclo de Fornecimento de Produtos para Saúde no Brasil” foram apresentados no Webinar ABRAIDI, em 24 de junho.

“A retenção de faturamento é uma prática realizada por parte de operadoras, planos de saúde e hospitais e acontece quando, após a realização do procedimento cirúrgico previamente autorizado e a consequente utilização de produtos, não permitem a emissão da nota fiscal e respectivo boleto para recebimento”, explicou o presidente da ABRAIDI, Sérgio Rocha. “Em muitos relatos de associados, a retenção é acompanhada de uma ameaça de retaliação, caso não seja aceita. O pagamento dos materiais fica postergado, sem qualquer possibilidade de atuação”, completou Rocha.

No ano passado, o valor retido ou bloqueado foi de R\$ 484,1 milhões, segundo a pesquisa, sendo R\$ 204 milhões retidos por convênios, planos de saúde e seguradoras, R\$ 237,7 milhões bloqueados por hospitais privados e outros R\$ 42,4 milhões por instituições públicas. “Foi possível observar, nos últimos três anos, a reversão de uma tendência, em alguns locais do país, das operadoras de saúde negociarem de forma direta, junto aos fornecedores, a compra de produtos para saúde, repassando essa responsabilidade aos hospitais. A operadora de saúde agora negocia com o prestador de serviço um valor fixo (pacote) para cada procedimento, deixando a cargo do hospital todo o processo de compra dos produtos para a realização da cirurgia”, revelou o diretor-executivo da ABRAIDI, Bruno Bezerra. Com essa mudança de comportamento empresarial, a retenção de faturamento por parte dos hospitais aumentou em 110% desde a primeira pesquisa realizada pela ABRAIDI, em 2017.

A retenção de faturamento ocorre, em média, com 36 dias, quando somente operadoras de saúde e hospitais permitem a emissão da nota fiscal, após o procedimento cirúrgico realizado. Ela é agravada por um prazo ainda mais longo para o pagamento: 65 dias, em média, por parte de operadoras e planos de saúde, 82 dias por hospitais privados e 107 dias por instituições públicas. O prazo total médio, entre o fornecimento do material até o efetivo pagamento, constatado na pesquisa foi de quatro meses e um dia (121 dias).

“As glosas não justificadas, motivadas por explicações infundadas de ordem administrativa ou burocrática das operadoras, têm se mostrado uma distorção que cada vez mais prejudica os fornecedores”, contou Sérgio Rocha. Em 2019, 86% dos associados relataram sofrer com as glosas, chegando a um total estimado de R\$ 160,6 milhões, um aumento de mais de 59%, em relação à pesquisa anterior. “As glosas acontecem quando a operadora ou o plano de saúde se nega a pagar alguns produtos, materiais ou equipamentos utilizados em cirurgia previamente autorizada por eles mesmos, ou seja, claramente para postergar o pagamento”, completou Rocha. Pelo estudo, em 49% dos casos, a glosa corresponde a procedimentos eletivos previamente autorizados pela operadora de saúde.

Outra distorção que afeta todo o sistema de saúde é a inadimplência, que tem sido recorrente nas pesquisas anteriores, mas que aumentou 42,2% de 2018 para 2019, chegando à cifra de R\$ 789 milhões. Segundo o levantamento da ABRAIDI, 96% dos associados registraram perdas com

inadimplência ou calote por parte de hospitais, operadoras ou órgãos públicos. Em 2018, esse índice era de 81%. A falta de pagamento é contabilizada quando o fornecedor não é remunerado após 180 dias, a partir do faturamento. “Os fornecedores de produtos para saúde, especialmente importadores e distribuidores, têm ‘funcionado’ como financiadores de hospitais e operadoras de saúde. É um problema tão sério que fizemos denúncias sobre o assunto na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS para que sejam analisadas”, contou Sérgio Rocha.

No Brasil, diferentemente de outros países, os fornecedores de produtos para saúde trabalham não só com a logística dos produtos, mas também com uma série de serviços agregados que são fundamentais para a realização de um procedimento cirúrgico. Eles são responsáveis pelo fornecimento de mesas cirúrgicas e equipamentos de monitorização do paciente durante a cirurgia, na forma de comodato; fornecimento de equipamentos inerentes ao ato cirúrgico, como serras e perfuradores ortopédicos, bombas de circulação extracorpórea, bisturis elétricos, equipamentos (torres) para vídeo cirurgias, entre outros, na forma de comodato ou não; programação de válvulas e outros equipamentos, além de suporte técnico e manutenção, em determinados casos; fornecimento de kits de instrumentos essenciais ao ato cirúrgico; disponibilização de profissionais como instrumentadores e perfusionistas.

A pesquisa da ABRAIDI constatou que 92% dos distribuidores e importadores fornecem equipamentos e/ou instrumentais para as cirurgias, 72% precisam fornecer trabalho de profissionais como instrumentadores ou perfusionistas. Segundo o levantamento, 10% das despesas operacionais das empresas fornecedoras estão ligadas diretamente à manutenção, à reposição ou à compra de equipamentos e instrumentais ou à remuneração de profissionais ligados ao ato cirúrgico, como os instrumentadores.

Baixe [aqui](#) a 3ª edição do estudo “O Ciclo de Fornecimento de Produtos para Saúde no Brasil.

**Fonte:** DocPress, em 29.06.2020